

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SABROSA, REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO. -----

----- Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e cinco, nesta Vila de Sabrosa e no Auditório Municipal, teve lugar pelas dezassete horas, a segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Sabrosa, presidida pelo seu Presidente, Domingos Manuel Alves Carvas, coadjuvada pela Primeira Secretária da Mesa, Maria Francisca Pinto de Meireles Graça e pelo Segundo Secretário da Mesa, João Manuel Barros da Veiga. Aberta a sessão, o Presidente da Assembleia Municipal, após cumprimentar todos os presentes, efetuou a chamada, verificando a presença dos seguintes Membros: -----

- Domingos Manuel Alves Carvas; -----
- Maria João Pinto de Matos Bessa; -----
- Suzanne da Conceição Monteiro Peixoto; -----
- João Manuel Barros da Veiga; -----
- Nuno Miguel Borges Dias Pereira de Jesus, em substituição João Manuel Alves Borges; -----
- David Marques Bernardo; -----
- Celeste Idalina de Carvalho Marques; -----
- Maria Alice Vilela Pinto da Lapa; -----
- Carla Maria Marques de Freitas; -----
- Dani Fernandes Teixeira; -----
- Ana Cláudia Ferreira Carvalho; -----
- António Rodrigo da Silva Timóteo; -----
- Maria Francisca Pinto de Meireles Graça; -----
- **Presidentes de Juntas de Freguesia:** -----
- Sérgio Wilson Fonseca Gonçalves; -----
- Victor Manuel Simões Teixeira; -----
- Eduardo Fernando Martins Silva Correia; -----
- Márcio Manuel Rebelo Félix; -----
- Gilberto Marinho Monteiro Taveira; -----
- Carlos Manuel Ferreira Rodrigues Madureira; -----
- Artur Jorge Amaral da Veiga; -----
- Cilina Ledo Vilela; -----
- António José Borges Garcia; -----
- Ana Cristina Fernandes Rente; -----
- António Manuel da Fonseca Venâncio. -----

Esteve também presente a eleita Maria Teresa Nabais Pedro, que na sequência da falta justificada à tomada de posse dos Órgãos Municipais, foi de novo notificada nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º, n.º 4, do artigo 76.º e n.º 1 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, para tomar posse como Membro desta Assembleia Municipal. -----

Faltaram justificadamente o deputado Fernando Carvalho da Silva e o Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Anta e Paradela de Guiães, José Carlos Correia Gonçalves. ----
A Câmara Municipal esteve representada pela sua Presidente, Maria Helena Marques Pinto da Lapa, estando presentes o Vice-presidente, Martinho Barrias Gonçalves e os Vereadores António Augusto Marques Ferreira de Araújo, Mário Augusto dos Santos Varela e António Gilberto Regas Correia. -----

---- **Ponto um: Período antes da ordem do dia:** -----

O Presidente da Assembleia Municipal, solicitou autorização ao plenário para a introdução de um ponto na ordem de trabalhos, relativo à proposta do Partido Socialista, de que o texto das deliberações tomadas pela Assembleia Municipal de Sabrosa seja aprovado em minuta e assinado no fim de cada sessão, através de ata em minuta, adquirindo plena eficácia a partir desse momento. Autorização que foi concedida por unanimidade. -----

De seguida, questionou os presentes se pretendiam intervir neste ponto da ordem de trabalhos, tendo os deputados Celeste Marques, Carla Freitas, o Presidente da Junta de Freguesia de Sabrosa, Artur Veiga e a deputada Ana Carvalho, solicitado a sua inscrição. -----

Tomou a palavra a Deputada Celeste Marques, que após cumprimentar os presentes apresentou a seguinte intervenção: *“Elogio à Atividade da Câmara Municipal de Sabrosa. A atividade desenvolvida pela Câmara Municipal de Sabrosa é motivo de justo orgulho para todo o concelho e merece um reconhecimento profundo e sentido, pelo trabalho consistente, próximo e responsável que tem vindo a realizar em prol do concelho e da sua população. É o reflexo de uma ação autárquica marcada pela dedicação, pela visão estratégica, de proximidade e profundo sentido de responsabilidade, sempre ao serviço das pessoas e do território, e por um compromisso genuíno com o bem-estar das pessoas e o desenvolvimento equilibrado desse território. Uma ação autárquica que não se limita a gerir, mas que cuida, protege e constrói, com visão, coragem e compromisso com o futuro de Sabrosa.* -----

Ao longo do seu anterior e início deste mandato, a Câmara Municipal tem demonstrado uma clara capacidade de ouvir, dialogar e agir, respondendo aos desafios sociais, económicos e demográficos com medidas concretas e orientadas para quem vive e trabalha em Sabrosa. Seja no apoio à agricultura e aos produtores locais, na dinamização cultural, na valorização do património, no investimento nas freguesias ou na melhoria das condições de vida da população, a autarquia tem estado presente, com trabalho e com resultados. -----

Este é um Executivo que acredita no potencial do concelho, que respeita as suas raízes e que constrói o futuro com responsabilidade. Um Executivo que não governa à distância, mas lado a lado com a comunidade, valorizando pessoas, instituições e associações, promovendo a coesão territorial e reforçando o sentimento de pertença a Sabrosa. -----

O trabalho desenvolvido é reflexo de uma política local com alma, feita com seriedade, transparência e sentido de missão pública. Uma política que honra o passado, responde às

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Teresa Pedro' and 'José Carlos Correia Gonçalves'.

necessidades do presente e prepara Sabrosa para um futuro mais justo, mais forte e mais confiante, com confiança e esperança". -----

De seguida, tomou a palavra a Deputada Carla Freitas, intervindo da seguinte forma:

"Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal; Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal; Senhores Vereadores; Caros membros da assembleia municipal; Público aqui presente: Nesta minha breve intervenção, não falarei apenas na qualidade de deputada e docente, mas também na condição de antiga aluna daquela que é a nossa escola sede. Começo, por isso, por endereçar os meus parabéns ao executivo municipal pelo empenho demonstrado na reabilitação e modernização da Escola Básica e Secundária Miguel Torga - a instituição de ensino onde realizei o meu percurso escolar, tal como sucedeu com diversos membros desta assembleia. Este foi o espaço de aprendizagem em que pudemos adquirir competências, autonomia e desenvolver um espírito crítico, o que nos permitiu estar aqui, nesta sessão, a dar um contributo útil para o desenvolvimento do município de Sabrosa. -- Como professora, congratulo-me por o investimento na educação ser um dos princípios basilares deste executivo. A garantia de que a escola funciona como elevador social está patente em projetos de combate ao insucesso escolar, como o PIPSE, bem como no apoio às famílias mais vulneráveis e na atribuição de prémios municipais de mérito, bolsas de estudo, entre outros. Os programas de divulgação e comunicação em Ciência, como o Ciência às 5, que se realiza regularmente no Espaço Miguel Torga, são também oportunidades de partilha de conhecimento e de promoção de uma literacia científica indispensável na construção de uma sociedade esclarecida. Valorizando a aprendizagem ao longo da vida e a criação de momentos de convívio — que atuam como fatores protetores em todos os domínios da saúde -, realço o dinamismo da Universidade Sénior e as iniciativas culturais que divulgam e valorizam o nosso rico património tradicional. -----

O desenvolvimento de uma comunidade ambientalmente mais responsável é, igualmente, um dos pontos fortes do nosso Município, traduzido em inúmeras iniciativas de sensibilização para a gestão de resíduos e no galardão das Bandeiras Verdes (atribuído a todas as escolas) e na distinção do município como parceiro Eco-Escolas 2025. A conservação da natureza assume, este ano, um papel ainda mais premente, após um verão em que os incêndios dizimaram uma vasta área florestal, pelo que todo o investimento previsto na área da prevenção dos fogos florestais se revela oportuno e essencial. -----

Finalizo fazendo referência aos projetos do Museu da Filoxera e do Museu do Volfrâmio, que irão dar a conhecer as potencialidades da nossa região ao nível da Biodiversidade e da Geodiversidade, reafirmando a nossa identidade e o nosso património natural. Tal como escreveu o ilustre Miguel Torga - que dá o nome à escola onde estudámos - "O Douro é um poema geológico. A beleza absoluta". Cumpre-nos, pois, assegurar que este património é preservado, constituindo uma mais-valia para as gerações futuras". -----


Carla Freitas
Deputada

Terem Pedro

Continuando, a ordem de inscrição, tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Sabrosa, Artur Veiga, que após cumprimentar os presentes, apresentou a seguinte declaração: *"Cumprimento todos os eleitos desta Assembleia Municipal, com uma palavra especial de reconhecimento à equipa que assume a responsabilidade da governação do nosso concelho, desejando que este mandato seja marcado por estabilidade, visão estratégica e resultados concretos para Sabrosa."* -----

Intervenho enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Sabrosa, reafirmando o papel político estratégico das freguesias na governação local e a importância de uma atuação concertada, coerente e plenamente alinhada com o projeto político que conduz o município, trabalhando de forma empenhada para transformar as decisões em benefícios concretos para a nossa comunidade. -----

As freguesias são parceiros institucionais essenciais na concretização das políticas municipais. Pela proximidade ao território e às populações, as freguesias assumem um papel político determinante na identificação rigorosa das necessidades reais, na definição de prioridades estratégicas e na concretização eficaz das decisões tomadas a nível municipal. -----

O sucesso da governação do concelho assenta, em larga medida, na capacidade de fortalecer a articulação entre a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e as Juntas de Freguesia, promovendo uma cooperação sólida, uma partilha efetiva de responsabilidades e um planeamento estratégico integrado que sirva de base ao desenvolvimento equilibrado do concelho. -----

A Freguesia de Sabrosa assume, neste mandato, um compromisso claro de colaboração leal e empenhada, colocando o seu conhecimento do território e a sua capacidade de execução ao serviço do projeto político que governa o concelho. -----

Estou certo de que, com trabalho conjunto, diálogo permanente e alinhamento institucional, seremos capazes de responder aos desafios do presente e de construir um futuro mais coeso, equilibrado e sustentável para Sabrosa e para todas as suas freguesias". -----

Para terminar as intervenções neste ponto da ordem de trabalhos, foi dada a palavra à deputada Ana Cláudia Carvalho, que apresentou uma intervenção do seguinte teor: *"Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Sabrosa, Dr. Domingos Carvas.* -----

Assunto: Implementação de ETAR Conjunta na Zona Industrial de Sabrosa -----

A Zona Industrial de Sabrosa é hoje um motor vital da nossa economia, composta em 80% por empresas do setor vitivinícola. Esta especialização, fruto da nossa localização privilegiada na Região Demarcada do Douro, traz-nos prestígio, mas também responsabilidades ambientais que não podemos ignorar. -----

Atualmente, cada adega enfrenta o desafio de tratar as suas águas de lavagem, resíduos com elevada carga orgânica, onde cada litro de vinho gera 1,5 litros de efluente. No entanto, o cenário atual obriga a que cada empresa realize investimentos individuais que se revelam ineficientes e dispendiosos. Se enquadrarmos este projeto no orçamento municipal, não estamos a criar um

custo, mas sim uma infraestrutura de competitividade. É muito mais eficiente o Município liderar a construção de uma unidade centralizada do que forçar cada empresa a esta dispersão de recursos. -----

Ao dotarmos a Zona Industrial de uma ETAR moderna, capaz de tratar picos de 1,5 milhões de litros de água em plena vindima, estamos a valorizar o património do concelho. Estamos a dizer aos investidores que Sabrosa tem condições de topo para o setor do Douro, atraindo empresas que, por sua vez, reforçarão a nossa receita fiscal no futuro. O orçamento de 2026 que aqui discutimos não pode ser apenas um mapa de intenções; tem de ser um motor de soluções. A ETAR conjunta é a resposta certa para os nossos produtores: é economicamente viável, ambientalmente urgente e estrategicamente inteligente. -----

Assim, como eleita do Partido CHEGA proponho que a Assembleia Municipal recomende à Câmara Municipal de Sabrosa: -----

1. Que, no âmbito do orçamento de 2026 e do Plano Plurianual de Investimentos, se priorize a construção desta ETAR conjunta, garantindo uma gestão centralizada que reduza o risco de infrações ambientais e multas pesadas que, em última análise, acabariam por sobrecarregar as contas municipais; -----

2. Que o Executivo aproveite o perfil ideal deste projeto para a captação de fundos europeus, integrando-o nas Receitas de Capital destinadas à economia circular e à transição ecológica; ---

3. Que este projeto seja assumido como um pilar fundamental do desenvolvimento do concelho, garantindo que o crescimento de Sabrosa é feito com sustentabilidade e apoio direto ao nosso setor produtivo. -----

A ser aprovada, a presente proposta deverá ser remetida às Entidades de Planeamento e Fundos, e Entidades Ambientais". -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal, que após cumprimentar os presentes e, em resposta à intervenção da deputada Ana Cláudia Carvalho, lembrou que já houve privados que já fizeram esse investimento, por eles próprios, contudo, poderá ser algo a contabilizar. ----

---- **Ponto dois: Período da ordem do dia:** -----

---- **Dois ponto um: Informações e esclarecimentos da Mesa da Assembleia Municipal.** ---

O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento de um despacho do Ministério Público, recebido no dia de hoje, relativo a uma questão que existia entre a Câmara Municipal e a anterior Mesa da Assembleia Municipal, em que o Ministério Público, com base numa queixa, fez uma averiguação, tendo esse processo sido arquivado. -----

Acrescentou que o referido despacho está disponível para quem o queira consultar. -----

Terminou dando nota de que existem 3 (três) inscrições para uso da palavra no ponto 3 - Período de Intervenção do Público. A primeira intervenção será da senhora Andreia Catarina Pereira de Oliveira, que se reporta à ata da última Assembleia Municipal, de seguida a senhora Joana Filipa Magalhães de Sousa, cujo assunto será "Assembleia Municipal", e para o qual, o Presidente da Assembleia Municipal, deixou, desde já, um alerta de que os assuntos a serem indicados no

requerimento para uso da palavra no Período da Intervenção do Público das Assembleias Municipais devem ser mais concisos, não podendo referir-se a toda a Assembleia Municipal. E, em terceiro lugar, intervirá o senhor João Matos Bessa, reportando-se ao pedido de lugar de estacionamento, em São Martinho de Anta. -----

Deliberação: Tomado conhecimento. -----

---- **Dois ponto dois: Presente a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 (vinte oito) de outubro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).** -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Não participou na votação a deputada Maria Teresa Nabais Pedro, por não ter estado presente na referida sessão da Assembleia Municipal. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 (vinte e oito) de outubro de 2025 (dois mil e vinte e cinco). -----

---- **Dois ponto três:** Regimento da Assembleia Municipal de Sabrosa – Quadriénio 2025-2029.

O Presidente da Assembleia Municipal colocou o assunto a discussão, tendo a deputada Suzanne Peixoto solicitado a sua inscrição. -----

Tomou a palavra a deputada Suzanne Peixoto, que após cumprimentar os presentes, afirmou que relativamente ao Regimento da Assembleia Municipal, aquando da inscrição de um cidadão para fazer uso da palavra no Período de Intervenção do Público, o facto de ser solicitada a indicação do assunto a tratar, no seu entender, está-se a condicionar o cidadão na exposição do problema. -----

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu que os cidadãos estão condicionados pelo tempo que têm para uso da palavra e, para além disso, um assunto apresentado por um cidadão, que até poderia ter logo direito a uma resposta, pode acabar por não a ter e ser mais penalizado por isso, uma vez que, por desconhecimento do mesmo, pode não haver quem lhe dê a resposta ou, sequer, vir preparado para responder. Contudo, lembrou, a deputada, de que pode sempre apresentar uma proposta para alteração do regimento, pois todos são livres para isso. -----

Não votou a deputada Teresa Pedro por ainda não ter tomado posse. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade o Regimento da Assembleia Municipal de Sabrosa para o quadriénio 2025-2029. -----

---- **Dois ponto quatro: Eleição de 1.º secretário da Mesa da Assembleia Municipal, na sequência da apresentação de renúncia ao cargo, por parte do Membro da Assembleia Municipal, Maria Francisca Pinto de Meireles Graça, com o registo n.º 6786-25.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sabrosa, propôs que, antes de avançar neste ponto da ordem de trabalhos, se fizesse a tomada de posse da eleita Maria Teresa Nabais Pedro, para que todos estivessem em condições de votar. -----

Solicitou o uso da palavra a deputada Suzanne Peixoto, que depois de concedida, questionou se a falta da deputada Teresa Pedro, teria sido justificada dentro do prazo legal, ou seja no prazo de 30 (trinta) dias, ao que o Presidente da Assembleia Municipal respondeu dizendo que a



deputada Teresa Pedro justificou a sua ausência à sessão de tomada de posse dos órgãos autárquicos ainda antes do dia da sessão, tendo, inclusivamente, o próprio mencionado tal facto durante a referida sessão, tal como consta, ainda, da ata da Assembleia Municipal de 28 (vinte e oito) de outubro de 2025 (dois mil e vinte cinco), pelo que está em condições de ser empossada. Assim, chamou perante si, a eleita pelo Partido Socialista, Maria Teresa Nabais Pedro, portadora do cartão de cidadão n.º 04130758, válido até 05/03/2031, de 68 anos de idade, filha de Francisco Pedro e de Isabel Nabais Borrega, natural da Freguesia de Santa-Cruz, Concelho de Coimbra, residente na Urbanização do Bacelo, n.º 44, 5060-317 Sabrosa, para proceder à leitura da Declaração de Compromisso de Honra, após a qual a considerou devidamente empossada, podendo iniciar de imediato as suas funções. -----

Continuou, o Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que na sequência do pedido de renúncia ao cargo de 1.ª secretária da Mesa da Assembleia Municipal, apresentado pela deputada Francisca Graça, há a necessidade de se proceder a uma nova eleição para o mesmo cargo, propondo, para esse efeito, a deputada Teresa Pedro. Questionados ainda se haveria mais alguma proposta a ser apresentada, nada mais foi apresentado. -----

A eleição foi feita por escrutínio secreto, tendo-se apurado o seguinte resultado: 17 (dezassete) votos a favor e 8 (oito) votos em branco. -----

Procedeu-se à substituição da 1.ª secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Sabrosa, tendo o Presidente da Assembleia Municipal agradecido à deputada Francisca Graça, pelo seu bom desempenho no cargo que até agora exerceu e deu as boas vindas à nova 1.ª secretária agora eleita, Maria Teresa Nabais Pedro. -----

Deliberação: Eleita para o cargo de 1.ª secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Sabrosa o membro Maria Teresa Nabais Pedro. -----

--- Dois ponto cinco: Presente informação da Presidente da Câmara Municipal nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal, que, de forma muito sucinta, abrangeu os aspetos mais relevantes do documento, destacando alguns deles, mais concretamente, no âmbito da Unidade Orgânica Flexível - Obras, Serviços e Ordenamento do Território, que para além de várias intervenções e obras por administração direta, que foram acontecendo nos vários espaços municipais e um pouco por todo o concelho, continuam também as várias empreitadas em curso, nomeadamente: A conclusão da Regeneração Urbana do Centro da Vila de São Martinho de Anta – Rua do Pousado; As Empreitadas no âmbito da Estratégia Local de Habitação; A Empreitada de Reabilitação e Modernização da Escola Básica e Secundária Miguel Torga; O término da Requalificação e conservação das instalações do Centro de Saúde de Sabrosa; A Empreitada de reconstrução de Muros de suporte em Gouvães do Douro, e, Covas do Douro; Ou a Empreitada de conservação e manutenção de pavimento em calçada em vários pontos do concelho. -----



Continuou dando nota de que estão contratados, por exemplo: O Projeto de execução do Mercado Municipal; E o Projeto de paisagismo para a requalificação e regeneração da Quinta dos Moura. -----

No âmbito da Educação, Saúde e Ação Social, referiu que, neste período, foi feita a receção da Comunidade Educativa, relativa ao início do Ano Letivo 2025/2026, promovida pela Autarquia, em colaboração com o Agrupamento de Escolas Miguel Torga e o arranque do ano letivo, com tudo o que isso implica; A 13 de novembro, foram entregues os Prémios Municipais de Mérito Escolar, referentes ao ano letivo 2024/2025, na cerimónia do Dia do Diploma, que decorreu na Escola EB/S Miguel Torga, em Sabrosa; E tivemos diversas atividades e iniciativas no âmbito escolar, como são exemplo a Comemoração do "*Dia Europeu do Desporto na Escola*" ou a iniciativa "*Não Deites Tudo por Água Abaixo*", promovida pelas Águas do Norte juntamente com o município e que foram ambas um sucesso junto dos nossos alunos. -----

Deu ainda nota de que o Município de Sabrosa foi distinguido como Parceiro Eco-Escolas em 2025 e as escolas do concelho foram galardoadas com as Bandeiras Verdes. -----

No âmbito social, destacou o trabalho já realizado pelo projeto Balcão da Inclusão - unidades móveis em territórios de baixa densidade, com: 17 Freguesias/localidades percorridas; 153 Destinatários em sessões de informação/divulgação realizadas e 86 atendimentos individuais/personalizados. Ainda neste âmbito, destacou a distinção atribuída ao Município de Sabrosa com a bandeira "*Autarquia + Familiarmente Responsável*", pelo terceiro ano consecutivo, em cerimónia que decorreu no dia 19 de novembro, no Auditório da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. E que se continua a trabalhar afincadamente para concluir os projetos/obras referentes à Estratégia Local de Habitação. -----

Relativamente à UOF de Desenvolvimento e Empreendedorismo Local, destacou alguma da vasta programação e atividade realizada e em que fomos parceiros, nomeadamente: O final do Festival Sabrosa Summer Fest, com a atuação do "*Tony Carreira*" e da "*Dupla Mete Cá Sets*", no B.B King Parque, a 5 de setembro, e que foi um sucesso, como todos muito bem sabem; A 10 de setembro homenageámos Manuel Hermínio Monteiro, com um concerto de "*Os Poetas*" com Rodrigo Leão, no Espaço Miguel Torga; Recebemos, também em setembro, a exposição fotográfica "*VerAmazônia – Olhares cruzados entre Amazônia e Portugal*", do Instituto VerAmazônia, e, ainda neste âmbito, aconteceu também o "*Congresso Internacional - Amazônia em Diálogo: Artes, Literatura, Clima e Comunicação perante os desafios do séc. XXI*", organizado pela UTAD, pelo Instituto Ver Amazônia e pelo Município de Sabrosa; Foi neste período que aconteceu a "*XIII Lagarada Tradicional*", em Celeirós do Douro. Um dos pontos altos da programação cultural anual do nosso concelho; A 06 de novembro, tivemos as Comemorações do 189.º Aniversário do Município de Sabrosa - Dia do Município, neste auditório; E a 08 e 09 de novembro tivemos o IV Festival dos Produtos Durienses, no Mercado dos Produtos Durienses, em Paços, numa manifestação cultural, e de promoção do concelho e da região duriense, ímpar, que a todos nos orgulha; Ainda, neste período, aconteceu o "*Sabrosa Trail por Terras de*

Magalhães", que trouxe, novamente centenas de participantes ao nosso concelho. E, para terminar este capítulo, deixou o seu apreço e destacou a realização de vários eventos em diferentes freguesias do nosso concelho, que muito enaltecem o nosso território, como são exemplo a "*Desfolhada Tradicional*", em Parada de Pinhão, o "*Festival da Marmelada*", na Delgada, ou a "*IV Edição do Arroz de Carqueja no Pote*", em Gouvães do Douro. -----

No âmbito da sua agenda pública institucional, deu nota, e a título de exemplo: "*Cerimónia da Assinatura do Contrato do Parque de Autocaravanismo de Vilarinho de Romão*", na CCDR, Coimbra; No Espaço Miguel Torga, o evento de apresentação do DOURIIS/ REGIA PARK – Centro de Empreendedorismo de Impacto, que já está em funcionamento, no concelho; E que esteve presente, a 19 de novembro, na "*Cerimónia de Distinção de Autarquia Familiarmente Responsável*", em Coimbra. -----

Para terminar, do ponto de vista da Divisão Administrativa, Financeira e Patrimonial e da sua gestão, relativamente ao período em apreço, e a título de exemplo, referiu que a Câmara Municipal, no final deste período em análise, verificou uma Receita Corrente cobrada maior que a soma da Despesa Corrente, paga até àquela data de referência, em cumprimento com a regra do equilíbrio, tendo um Equilíbrio Orçamental positivo de 1 369 831,49€ (um milhão, trezentos e sessenta e nove mil, oitocentos e trinta e um euros e quarenta e nove cêntimos). -----

Finalizou, dizendo se encontrar à disposição para o esclarecimento de dúvidas ou responder às questões que queiram colocar. -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Tomado conhecimento. -----

---- Dois ponto seis: Presente informação n.º 12916/25 da UOF OSOT datada de 30 (trinta) de outubro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto: Designação de um membro da Assembleia Municipal de Sabrosa para integrar a Comissão Consultiva de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Sabrosa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se alguém pretendia intervir neste ponto da ordem de trabalhos, não tendo sido solicitada qualquer inscrição.

Passou de seguida a apresentar a proposta do Partido Socialista, que propõe João Veiga como efetivo e José Gonçalves como suplente. -----

A bancada do Partido Social Democrata questionou se não haveria lista conjunta. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao 2.º secretário, João Veiga, que após cumprimentar os presentes, referiu que houve uma tentativa de se chegar a um acordo, até para se agilizar a votação, dado serem oito pontos a votação, mas que, por motivos diversos, não seguiu adiante. Questionou ainda, se querem fazer um acordo, e que para isso será necessário reunir ou se pretendem apresentar outra lista, tendo o Presidente da Assembleia Municipal esclarecido que se for para fazerem um acordo terá de ser para todos os pontos da votação, senão terá de ser feita eleição ponto a ponto. -----

Leit
Teveira
Peano

Tomou a palavra a deputada Suzanne Peixoto dizendo que o que seria interessante era fazer um acordo, no entanto, entende também que a votação deve ser feita ponto por ponto, ao que o Presidente da Assembleia Municipal respondeu que a Assembleia é unânime no modo de votar, têm é que se votar e tem que ter os nomes, ponto por ponto. Em lugar de se fazer uma votação ponto por ponto faz-se uma votação geral em que estão os nomes propostos quer para efetivos, quer para suplentes. -----

De novo, no uso da palavra a deputada Suzanne Peixoto disse estarem presentes três forças políticas, e que entende, que a reunião a existir deveria partir do Presidente da Assembleia Municipal para poderem discutir esses pontos, ao que o Presidente da Assembleia Municipal respondeu que ele é presidente de todos os partidos e de todos os membros da Assembleia Municipal e que isso são questões politico/partidárias. Deverão entrar em acordo, submetendo-o à Mesa, que ele, enquanto Presidente da Assembleia Municipal pô-lo-á votação. -----

Continuou, a deputada Suzanne Peixoto referindo que o Presidente da Assembleia Municipal poderia fazer esta interligação, uma vez que existem também Presidente de Junta de Freguesia que são independentes e que também poderiam participar nessa reunião, para além dos restantes partidos, sendo que entende que, o ideal seria poderem chegar a um acordo agora. --

O Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que teve conhecimento que houve uma tentativa, por parte do Partido Socialista, para se obter um consenso, por forma a agilizar o processo com a obtenção de uma lista única para votação, mas que, segundo lhe foi dito, apesar dos diversos contactos mantidos com a deputada, esta alegou não ser possível arranjam tempo para essa reunião, ou conversa. Daí ter apenas recebido a proposta do Partido Socialista com os nomes por eles propostos e que apresentaria quaisquer outras que lhes fossem entregues. - Foi dada a palavra à deputada Celeste Marques que esclareceu que o Partido Socialista tentou falar com o Partido Social Democrata, para se obter um conjunto de nomes para elaboração de uma lista única, não tendo havido disponibilidade, por parte deles, para sequer, haver uma reunião. Assim, deixa à consideração se é permitido uma pausa de 10 (dez) minutos para haver esta reunião e chegarem a um consenso ou é apenas votada a lista apresentada pelo Partido Socialista. Permitida que foi a pausa, para consenso entre as partes. -----

Tomou a palavra a deputada Maria João Bessa louvando o entendimento a que se chegou, ressalvando a falha de não terem sido consideradas todas as forças políticas eleitas desta Assembleia Municipal para a reunião, onde se incluía o Partido Chega, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia Independentes, que no seu entender todos deveriam participar na decisão. -----

O Presidente da Assembleia Municipal referiu que a lista apresentada pelo Partido Socialista incluía elementos que são independentes e que, na sua opinião, o acordo é a melhor solução do que listas separadas. -----

Foi comunicado que chegaram a um entendimento, tendo sido apresenta uma lista única, com o

consenso dos Partidos Socialista, Social Democrata e Chega, tendo sido submetida a votação por escrutínio secreto, do qual se obtiveram os resultados que se discriminam em cada ponto. Os resultados da votação foram os seguintes: 23 (vinte três) votos a favor, 1 (um) voto contra e 1 (um) voto em branco. -----

Deliberação: Eleito o membro da Assembleia Municipal de Sabrosa, João Manuel Barros da Veiga, como efetivo e como suplente, Ana Cláudia Ferreira Carvalho, para integrarem a Comissão Consultiva de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Sabrosa. -----

---- **Dois ponto sete: Presente informação n.º 13055/25 da UOF OSOT datada de 4 (quatro) de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Designação de um membro e de um suplente da Assembleia Municipal de Sabrosa para integrar a Comissão Municipal de Toponímia e de Numeração de Polícia do Município de Sabrosa. -----

Os resultados da votação foram os seguintes: 24 (vinte quatro) votos a favor e 1 (um) voto contra.

Deliberação: Eleitos os membros da Assembleia Municipal de Sabrosa, como efetivo Celeste Idalina de Carvalho Marques e como suplente, Maria João Pinto de Matos Bessa, para integrarem a Comissão Municipal de Toponímia e de Numeração de Polícia do Município de Sabrosa. -----

---- **Dois ponto oito: Presente informação n.º 13704/25 do Gabinete de Proteção Civil e Florestas, datada de 13 (treze) de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Designação de um representante das Juntas de Freguesia e de um suplente para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil. -----

Os resultados da votação foram os seguintes: 23 (vinte três) votos a favor, 1 (um) voto contra e 1 (um) voto em branco. -----

Deliberação: Eleito o Presidente de Junta de Freguesia de Provesende, Gouvães do Douro e São Cristóvão do Douro, Carlos Manuel Ferreira Rodrigues Madureira, como efetivo e o Presidente de Junta de Freguesia de Paços, Márcio Manuel Rebelo Félix, como suplente, para integrarem a Comissão Municipal de Proteção Civil. -----

---- **Dois ponto nove: Presente informação n.º 1300/25 do Gabinete de Proteção Civil e Florestal, datada de 3 (três) de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Designação de dois representantes das freguesias do Concelho e de um suplente, para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais. -----

Os resultados da votação foram os seguintes: 23 (vinte três) votos a favor, 1 (um) voto contra e 1 (um) voto em branco. -----

Deliberação: Eleito o Presidente de Junta de Freguesia de São Martinho de Anta e Paradela de Guiães, José Carlos Correia Gonçalves, o Presidente de Junta de Freguesia de Gouvinhas, Eduardo Fernando Martins da Silva Correia, como efetivos e o Presidente de Junta de Freguesia de Souto Maior, António José Borges Garcia, como suplente, para integrarem a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais. -----

Handwritten signature and name:
Pedro



--- **Dois ponto dez: Presente informação n.º 14989/25/25 da UOF AFP, datada de 12 (doze) de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e de um suplente para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal. -----

Os resultados da votação foram os seguintes: 23 (vinte três) votos a favor, 1 (um) voto contra e 1 (um) voto em branco. -----

Deliberação: Eleito o Presidente de Junta de Freguesia de Covas do Douro, Victor Manuel Simões Teixeira, como efetivo e o Presidente de Junta de Freguesia de Gouvinhas, Eduardo Fernando Martins da Silva Correia, como suplente, para integrarem a Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal. -----

--- **Dois ponto onze: Presente informação n.º 14898/25/25 da UOF AFP, datada de 10 (dez) de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Designação de dois representantes da Assembleia Municipal de Sabrosa e de um suplente na CIM Douro. -----

Os resultados da votação foram os seguintes: 23 (vinte três) votos a favor e 2 (dois) votos contra.

Deliberação: Eleitos como representantes na CIM Douro os membros da Assembleia Municipal de Sabrosa, Domingos Manuel Alves Carvas e David Marques Bernardo, como efetivos e o membro, João Manuel Alves Borges, como suplente. -----

--- **Dois ponto doze: Presente informação n.º 14896/25/25 da UOF AFP, datada de 10 (dez) de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e de um suplente para a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) – 2025/2029. -----

Os resultados da votação foram os seguintes: 23 (vinte três) votos a favor, 1 (um) voto contra e 1 (um) voto em branco. -----

Deliberação: Eleito o Presidente de Junta de Freguesia de Sabrosa, Artur Jorge Amaral da Veiga, como efetivo e a Presidente de Junta de Freguesia de São Lourenço de Ribapinhão, Cilina Lêdo Vilela, como suplente, para a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) – 2025/2029. -----

--- **Dois ponto treze: Presente informação n.º 14147/25 da UOF ESAS, datada de 24 (vinte e quatro) de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Designação de um Presidente de Junta de Freguesia do Concelho e de um suplente para integrar o Conselho Municipal de Educação. -----

Os resultados da votação foram os seguintes: 23 (vinte três) votos a favor, 1 (um) voto contra e 1 (um) voto em branco. -----

Deliberação: Eleita a Presidente de Junta de Freguesia de Torre do Pinhão, Ana Cristina Fernandes Rente, como efetiva e o Presidente de Junta de Freguesia de Parada do Pinhão, Gilberto Marinho Monteiro Taveira, como suplente, para integrar o Conselho Municipal de Educação. -----



---- **Dois ponto catorze: Presente informação n.º 14121/25 da UOF AFP datada de 24 (vinte e quatro) de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Proposta da Taxa de Derrama a aplicar em 2026 (dois mil e vinte e seis). -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade a proposta do Executivo Municipal de não lançar a Taxa de Derrama no ano económico de 2026 (dois mil e vinte e seis). -----

---- **Dois ponto quinze: Presente informação n.º 14120/25 da UOF AFP datada de 24 (vinte e quatro) de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) a aplicar em 2026 (dois mil e vinte e seis). -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, a proposta do Executivo Municipal de não fixar qualquer valor para a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), no ano de 2026 (dois mil e vinte e seis). -----

---- **Dois ponto dezasseis: Presente informação n.º 14122/25 da UOF AFP datada de 24 (vinte e quatro) de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Proposta de Participação Variável do IRS a aplicar em 2026 (dois mil e vinte e seis). -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, a proposta do Executivo Municipal de devolver a participação em 5% do IRS, do exercício de 2026 (dois mil e vinte e seis) a cobrar em 2027 (dois mil e vinte e sete), a favor dos sujeitos passivos do Município de Sabrosa, nos termos do artigo 26.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação. -----

---- **Dois ponto dezassete: Presente informação n.º 14138/25 da UOF AFP datada de 24 (vinte e quatro) de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Proposta para definição da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar em 2026 (dois mil e vinte e seis). -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, a proposta do Executivo Municipal de fixar a taxa de Imposto Municipal Sobre Imóveis a vigorar em 2026 (dois mil e vinte e seis), em 0,30%, para prédios urbanos, em cumprimento do artigo 112.º do Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua atual redação; a elevação ao triplo a taxa de IMI, por referência a 2025 (dois mil e vinte e cinco), nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, de acordo com o estabelecido no n.º 3, do artigo 112.º, do CIMI; a majoração de 30% da taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram a sua satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens; fixar a redução da taxa de IMI a vigorar no ano 2026 (dois mil e vinte e seis), a aplicar ao prédio urbano destinado a habitação permanente, de acordo com o número de dependentes do agregado familiar; extensão do período de isenção de IMI de 3 (três) para 5 (cinco) anos, a prédios urbanos cujo valor patrimonial não exceda



€125.000,00 (cento e vinte e cinco mil euros), nos termos previstos no n.º 5, do artigo 46.º do EBF. -----

---- **Dois ponto dezoito: Presente informação n.º 14452/25 da UOF AFP datada de 28 (vinte e oito) de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Lista de adjudicações plurianuais, em cumprimento da deliberação aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 17 (dezasete) de dezembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro) – 1 (um) de setembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco) a 28 (vinte e oito) de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco). -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Tomado conhecimento. -----

---- **Dois ponto dezanove: Presente informação n.º 14783/25 da UOF AFP datada de 5 (cinco) de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Quinta alteração ao Mapa de Pessoal do ano 2025 (dois mil e vinte e cinco). -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a quinta alteração ao Mapa de Pessoal 2025 (dois mil e vinte e cinco), com 6 (seis) abstenções dos Deputados Dani Teixeira, Maria João Bessa, Suzanne Peixoto, Nuno Jesus, Alice Lapa e Ana Cristina Rente, de acordo com a alínea o), do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação. -----

---- **Dois ponto vinte: Presente informação n.º 14785/25 da UOF AFP datada de 5 (cinco) de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto:** Quinta alteração ao Mapa Anual de Recrutamento Autorizado (MARA) 2025 (dois mil e vinte e cinco). -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a quinta alteração ao Mapa Anual de Recrutamento Autorizado (MARA) 2025 (dois mil e vinte e cinco), com 5 (cinco) abstenções dos Deputados Dani Teixeira, Maria João Bessa, Suzanne Peixoto, Nuno Jesus e Alice Lapa. -----

---- **Dois ponto vinte e um: Presente informação n.º 12857/25 da UOF AFP datada de 28 (vinte e oito) de outubro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Seguro de Autarcas 2025-2029. -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, autorizar a despesa constante na informação técnica, relativa ao seguro de todo o Executivo Municipal, depois de garantido o competente cabimento e compromisso. -----

---- **Dois ponto vinte e dois: Presente informação n.º 11825/25 da UOF DEL datada de 3 (três) de outubro de 2025 (dois mil e vinte e cinco) e informação do Gabinete Jurídico datada de 21 (vinte e um) de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), com o registo n.º 6418-25 referente ao assunto:** Proposta de Regulamento Municipal de Incentivo e Apoio aos Viticultores do Concelho de Sabrosa. -----



A Presidente da Câmara Municipal apresentou brevemente a proposta de regulamento, focando que não é o ideal, mas que é uma manifestação de boa vontade por parte do Município de Sabrosa para com os viticultores, com uma medida que pretende mitigar e minimizar a crise no Douro. -----

Acrescentou ainda que este regulamento apresenta uma medida excecional, dado o tempo para aprovação, por obrigatoriedade legal, de, apenas neste primeiro ano, poder ser solicitado o reembolso a que os viticultores têm direito, até 31 (trinta e um) de março. -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou o assunto a discussão, tendo as deputadas Celeste Marques e Suzanne Peixoto solicitado a sua inscrição. -----

Tomou a palavra a deputada Celeste Marques, corroborando as palavras da Presidente da Câmara Municipal, quanto às dificuldades que os viticultores têm, nomeadamente a idade avançada e as questões tecnológicas, que cada vez mais vão sendo um crescimento de dificuldades para estes, e que, muitas vezes, não fora a boa vontade das associações e de alguns agricultores mais jovens, muitos até ponderaram abandonar a atividade. Continuou apresentando a seguinte intervenção: -----

"Elogio ao Regulamento de Apoio aos Viticultores do Concelho de Sabrosa -----

O Regulamento de Apoio aos Viticultores do Concelho de Sabrosa (NIPG n.º 11825-25 1 Reg. n.º 6418-25) afirma-se como um verdadeiro ato de justiça e de reconhecimento para com aqueles que, geração após geração, moldaram a nossa paisagem, cuidaram da nossa terra e deram identidade ao nosso concelho. O apoio prestado aos viticultores do nosso Concelho é um reconhecimento justo do valor incalculável do seu trabalho. Valorizar e apoiar quem cuida e trabalha a terra em condições tão exigentes é essencial para preservar um património único no mundo, e é também honrar uma tradição secular do seu saber-fazer ancestral e garantir que esta paisagem viva continue a dar frutos de excelência. Apoiar os nossos viticultores é proteger a identidade, a história e a excelência de uma das regiões mais emblemáticas de Portugal. Preservar esta região única, e a qualidade excecional dos seus vinhos é investir no futuro de um património que é de todos. O Douro vive do esforço diário dos seus viticultores. -----

O Regulamento de Apoio aos Viticultores do Concelho de Sabrosa constitui uma iniciativa de elevada importância estratégica para a valorização, resiliência e sustentabilidade da viticultura local, evidencia também um compromisso claro e responsável do Município com a defesa dos pequenos e médios viticultores, demonstrando que sabe ouvir, compreender e agir perante as dificuldades reais do setor vitivinícola, reconhecendo o seu papel insubstituível na preservação da paisagem duriense, no dinamismo da economia rural e na afirmação da identidade histórica e cultural do concelho. Este regulamento não é apenas um conjunto de normas: é um sinal claro de proximidade, de respeito e de compromisso político com os viticultores que sustentam a alma rural de Sabrosa. Trata-se de uma medida que valoriza o trabalho árduo no campo, promove a dignidade da atividade agrícola e garante que a viticultura continue a ser um pilar económico, social e cultural do nosso território. Ao estabelecer critérios equilibrados e justos, transparentes

e adequados à realidade do território, este apoio constitui uma resposta concreta e eficaz aos desafios enfrentados que o setor vitivinícola enfrenta, promovendo a continuidade da atividade vitícola, a dignificação do trabalho agrícola. Trata-se de uma medida que demonstra sensibilidade social, visão estratégica de futuro e profundo respeito por uma atividade que é um dos pilares económicos, culturais e patrimoniais de Sabrosa. -----

Felicito, pois o Executivo, dado que este regulamento traduz uma visão de futuro assente nas nossas raízes, reforçando a coesão do concelho, a preservação da paisagem duriense e a, confiança entre a autarquia e a comunidade agrícola. E um exemplo de política pública feita com sensibilidade, responsabilidade e profundo sentido de pertença a Sabrosa. "O verdadeiro coração do Douro bate nas mãos dos seus viticultores". -----

De seguida, tomou a palavra a deputada Suzanne Peixoto, louvando todas as medidas de apoio aos viticultores, que viram um ano de crise, crise essa que não é de hoje. -----

Reconhece que o Governo da AD foi sensível a esta situação e o Douro foi beneficiado com as medidas adotadas, ajudando os viticultores. Apesar das dificuldades com a parte burocrática que muitos viticultores demonstraram, principalmente os mais idosos, o importante foi a proatividade agora demonstrada, que já deveria ter acontecido ao longos de todos estes anos. -----

Os viticultores atravessam e têm vindo a atravessar uma fase difícil, que, como se consta, poderá vir a agravar-se com a retirada da vinha, pelo que deverão ser criadas medidas, pelas Câmaras Municipais para se fazer o melhor pelos agricultores, assim como um eventual apoio às cooperativas, que são, muitas vezes, quem os ampara, quer seja com a criação de taxas, quer seja no apoio à abertura de portas para a venda do produto para o estrangeiro. -----

Terminou dizendo que todas as medidas que tem sido criadas para apoiar os agricultores, são uma mais valia, pois é da terra que tudo nasce e é o "pão" de cada agricultor do Douro, pelo que louvou o partido da AD pelo apoio e pelas medidas criadas para apoio aos agricultores do Douro.

De novo no uso da palavra, a deputada Celeste Marques, lembrou que não foi só o Partido Social Democrata, o CDS e o Ministro da Agricultura, neste mandato, que adotaram medidas de apoio aos viticultores e se as adotaram foi porque o ministro ouviu as sugestões dos representantes dos viticultores. -----

Continuou dizendo ser representante da Produção no Conselho Interprofissional e também Presidente do Conselho Regional de Viticultores da Casa do Douro e que foi solicitada uma audiência com o Ministro da Agricultura, na qual, este ouviu a Casa do Douro e os representantes da Produção no Conselho Interprofissional, pelo que todas as medidas tomadas pelo Governo foram tudo iniciativas destes representantes. -----

Acrescentou ainda, que a Casa do Douro desde que tomou posse, há cerca de um ano atrás, efetuou 10 (dez) reuniões, tendo apenas parado durante a vindima. Têm trabalhado sem dinheiro, uma vez que, este Ministério, ainda não permitiu que a Lei n.º 28/2024 fosse executada, na qual a gestão do património da Casa do Douro passaria para a nova direção. Assim, a Casa do Douro está a trabalhar sem qualquer financiamento, sem acesso ao seu património ou às

Handwritten signature and notes:
Folha
Terminou
Pedro

contas, nem sequer podem utilizar o número de contribuinte da Casa do Douro, pois este está com a Comissão Administrativa do Património, contudo reafirma que não deixam de trabalhar. - Terminou dizendo que tem de louvar o Ministro por os ter ouvido e ter adotado as medidas propostas pela produção e pelos viticultores da região, mas que, isso não acontece na questão relativa à transferência do património da Casa do Douro para a nova direção. Sendo que algumas das propostas de subsídios atribuídos, contra a vontade deles, saíram, no seu entender, erradamente, do saldo de gerência do IVDP (Instituto dos Vinhos do Porto e Douro). -----

Não havendo mais intervenções, foi colocado o assunto a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, a proposta de Regulamento Municipal de Incentivo e Apoio aos Viticultores do Concelho de Sabrosa, de acordo com a alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

---- **Dois ponto vinte e três: Presente informação n.º 14154/25 da UOF AFP datada de 24 (vinte e quatro) de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Despesas de representação do pessoal dirigente nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, aos titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, a proposta do Executivo Municipal de manter e atribuir o abono de despesas de representação, aos titulares de cargos de direção superior de 2.º grau nos montantes fixados para o pessoal dirigente da administração central previsto no artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, na sua atual redação, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 24.º, n.º2, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. -----

---- **Dois ponto vinte e quatro: Presente informação n.º 14544/25 da UOF AFP datada de 3 (três) de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Plano de atividades e orçamento para o ano de 2026 (dois mil e vinte e seis). -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que apresentou a seguinte intervenção: *"Os documentos previsionais para o ano de 2026, que agora se submetem aqui à apreciação, discussão e deliberação do órgão deliberativo, definem-se por serem os primeiros do segundo mandato do Executivo Municipal liderado por mim, e transportam em si o resultado da estratégia por nós definida para o futuro do nosso concelho, com um conhecimento real e profundo das necessidades do território, das pessoas, dos decisores políticos e sociais, dos compromissos assumidos com todos estes intervenientes, e demais agentes da nossa sociedade, e, sobretudo, dos investimentos que consideramos estratégicos. -----*

Dotados da experiência adquirida no mandato autárquico anterior e conhecedores da realidade, apresentamos um orçamento realista, mas com lastro, que transporta muito do trabalho e estratégias desenvolvidas ao longo desse período, mas também a esperança de um futuro risonho e pleno de concretizações. -----

É também importante destacar, desde já, que está condicionado aos compromissos já assumidos por nós no que a obras, e investimentos estruturantes, diz respeito. Principalmente àqueles

alocados às candidaturas aprovadas, em execução e aceites no NORTE 2030, que têm um valor de investimento que supera os quatro milhões de euros (4.241.983,28€) e um valor dos fundos aprovados de 2.663.622,35 €, e no PRR, que nos obrigam a uma gestão muito rigorosa e focada, de forma a conseguirmos materializar no terreno todo o trabalho já feito nesses projetos. -----

Exemplos disso são a concretização da Estratégia Local de Habitação no valor para 2026 de (3.766.034,97€) e das obras da Escola Básica e Secundária Miguel Torga, Sabrosa, no valor para 2026 de (4.151.349,89€). -----

Um orçamento com um investimento muito significativo naquilo que são as obras públicas, transversais a todo o concelho, e nos projetos e investimentos já iniciados, mas que não descure o investimento social, próximo das freguesias, das pessoas, das famílias e do tecido social do concelho, que se mantém. -----

Destacando alguns aspetos técnicos destes documentos previsionais, dou nota de que este é o maior orçamento alguma vez tido por esta autarquia, ultrapassando os valores do ano anterior, e que aumentou face ao ano transato, aproximadamente 7,7%, para um valor global arredondado de 23,8 milhões de euros, tendo um Equilíbrio Orçamental Corrente de mais de 23 mil euros. ---
Respeita o calendário estabelecido por lei para a sua elaboração e cumpre os princípios e regras de elaboração e conceção do orçamento municipal de 2026. -----

Destaca-se o Investimento Proteção Civil e Luta Contra Incêndios no valor de 637.303,90€, na Educação no valor de 4.927.105,20€, na Ação Social no valor de 673.974,76€, no Ordenamento do Território no valor de 1.643.759,45€. -----

Aumentos este que traduzem, também, um assumir do trabalho que vem sendo desenvolvido, das políticas aplicadas, do reforço de medidas já implementadas e projetos existentes, e de outros, novos que convergem no sentido do desenvolvimento do nosso concelho e da menor desigualdade entre todos. -----

São alguns exemplos disso a(as)/o(os): Concretização do projeto do programa de apoio à construção habitacional para jovens; Continuação da aplicação de um Pacote de Medidas Fiscais de atração ao investimento e às famílias; Continuação da medida de Apoio à Recuperação de Habitações Próprias Degradadas; Atribuição de bolsas de apoio ao ensino superior; Atribuição de Apoios, variados, concedidos aos alunos e comunidade escolar; Atribuição da verba de incentivo à natalidade, por nascimento/adoção; Projeto de Teleassistência a Idosos no concelho; Aumento do apoio à comparticipação municipal na fatura da água no 1.º e 2.º escalão, que cada vez mais promove a política do “utilizador responsável”; Disponibilização de cultura gratuita para todos; Promoção e a descentralização da cultura, levando-a às freguesias; Dinamização do Mercado dos Produtos Durienses com uma programação de referência regional e nacional; Promoção de eventos de cariz tradicional, como a “Feira do Vinho e do Azeite” ou a “Lagarada Tradicional”; Promoção de eventos desportivos de referência, como é exemplo o “Trail – Por Terras de Magalhães”, e promover a melhoria das condições dos equipamentos desportivos municipais; Ou a, Concretização de projetos de valorização do património e do território. -----

Handwritten signature and initials in blue ink.

E é um orçamento que concretiza muitos e importantes investimentos/projetos estruturantes para o concelho e que vão transformar e melhorar a vida dos nossos munícipes e de quem nos visita. Exemplos desses investimentos/projetos estruturantes são: A concretização da requalificação da Escola Miguel Torga; A concretização da execução, em obra, da Estratégia Local de Habitação; A requalificação do largo da Fontainha; A criação do Centro Cultura e Biblioteca Municipal Manassés Lacerda; O Projeto da Zona Industrial de São Martinho de Anta; A concretização do novo Quartel da GNR de Sabrosa; A Requalificação da Estrada Cais da Foz/Donelo em Rota dos Miradouros; A regeneração urbana da Quinta do Conde, vulgarmente conhecida por "Quinta dos Mouras"; A Requalificação do Mercado Municipal de Sabrosa; A concretização dos projetos de Regeneração Urbana no concelho; Investimento na área da Proteção Civil Municipal; Digitalização dos serviços da Administração Pública local. -----

A implementação plena do Balcão de Inclusão – Sabrosa; A concretização dos projetos de melhoria da Eficiência Energética dos edifícios públicos, destacando a intervenção prevista para a Piscina Rosa Mota; Ou as, Intervenções de melhoramento e requalificação das vias rodoviárias municipais; -----

Em resumo, é um orçamento muito ambicioso e que vai ao encontro das principais e reais necessidades do concelho e que concretiza, na medida das possibilidades temporais, a estratégia por nós iniciada para o desenvolvimento e melhoramento do território. E que, o maior orçamento alguma vez tido por esta autarquia, superando o do ano anterior; tem um Equilíbrio orçamental corrente e total previsto; apresenta um aumento das aquisições de bens de Capital de 17,58%, indicando o volume de obras e investimentos diretos previstos. -----

Com foco nas obras em curso, nas obras previstas e projetadas para o concelho, nunca descurando os contributos de todos, as necessidades e prioridades das pessoas, das famílias e as suas necessidades, e trabalhando sempre em sinergia com as nossas freguesias e o tecido social e associativo do concelho, seguimos para o ano de 2026 com o sentido de concretização e realização, traduzidos neste documento." -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou o assunto a discussão, tendo solicitado a sua inscrição a deputada Maria João Bessa e a Presidente de Junta de Freguesia de São Lourenço de Ribapinhão, Cilina Vilela. -----

Tomou a palavra a deputada Maria João Bessa solicitando esclarecimentos relativamente a duas questões. Quanto à primeira, questionou em que consiste o projeto, "Taverna do meu avô", referido na página 88. E, relativamente à segunda, questionou o porquê da inscrição em orçamento, no valor de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros), o mesmo valor do ano anterior, para atribuição à UDCS (União Desportiva do Concelho de Sabrosa), referido na página 108, uma vez que este ano não existe equipa inscrita no escalão sénior, apenas existe uma equipa de sub-13, e que algumas despesas dessa equipa, são inclusivamente suportadas pelos pais das crianças, como por exemplo, equipamentos e exames médicos. -----

Dada que foi a palavra à Presidente da Câmara Municipal, esta esclareceu que relativamente ao projeto "Taverna do meu avô", este foi um eixo que a CIM Douro considerou no seu plano de ação, no âmbito do PROVERE, sendo que para os Municípios se puderem candidatar, é necessária que seja aberta a rubrica, esteja aberta, ainda que com valores baixos, pois que, neste momento, não é possível prever o valor a ser despendido com o projeto. A ideia da CIM Douro será recriar, no território, tabernas típicas, que já não existem, tendo sido possível identificar uma mercearia, com estas características, em Celeirós do Douro, mas ainda não houve qualquer tipo de negociação, até porque o PROVERE ainda não foi aprovado. Sabrosa foi contemplado com uma verba de cerca de quinhentos mil euros e foram candidatados 3 (três) projetos, que se espera que todos sejam aprovados. -----

Relativamente à segunda questão, disse existir ainda uma equipa de futsal e que existe a intenção, ainda este ano, da criação de uma equipa sénior. -----

Solicitou ainda que fosse concedida a palavra ao vereador com o pelouro do Desporto. -----

Autorizado que foi a usar da palavra, o vereador com o pelouro do Desporto, Martinho Gonçalves, após cumprimentar os presentes, esclareceu que é certo que, neste momento, não existe equipa sénior, contudo, é intenção do clube, de ainda este ano civil, criar uma equipa. O clube apresentou as suas contas e solicitou um valor superior ao atribuído em orçamento, contudo será a Câmara Municipal a decidir. -----

Solicitou ainda a palavra o deputado, João Veiga, que acrescentou que a UDCS tem também uma equipa de futebol INATEL, que, inclusivamente, na época passada, foi Campeã Distrital. --

De seguida, tomou a palavra a Presidente da Junta de Freguesia de São Lourenço de Ribapinhão, Cilina Vilela, apresentando uma declaração do seguinte teor: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Deputados Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores, -----

Relativamente à Delegação de Competências, reparei que, na rubrica "Limpeza de Bermas e Valetas nos Limites Administrativos da Freguesia", não voltam a constar os 10% de aumento que se registou em 2023. Penso que se trata de um lapso e peço a sua correção. -----

Verifico também que não houve qualquer atualização de valores da Delegação de Competências, quando, no mínimo, deveria acompanhar a taxa de inflação prevista para 2026. Como sabem, os custos dos serviços e dos materiais têm aumentado e isso faz com que a Junta tenha cada vez menos capacidade financeira. A descentralização só faz sentido se for acompanhada dos meios necessários para garantir a sustentabilidade das Juntas de Freguesia. -----

Ainda sobre a rubrica de "Limpeza de Bermas", gostaria de saber quantos quilómetros estão a ser considerados e qual o valor pago por quilómetro, tendo em conta que os custos atuais rondam os 250€ a 300€ por quilómetro. Estão previstas duas limpezas por ano, uma entre julho e agosto e outra entre setembro e outubro, com o valor atribuído, não é possível assegurar sequer uma limpeza completa. -----



Teresa
Pedro



Por último, gostaria de saber onde estão escritos os prazos de pagamento para pagamento das rubricas da Delegação de Competências, uma vez que essa informação não está claramente definida no protocolo assinado, que penso que deveria mencionar". -----

A Presidente da Câmara Municipal respondeu que relativamente à primeira questão, deverá tratar-se de um lapso, porque o aumento de 10% foi contemplado no ano passado. Este ano não há aumento, mas os 10% aprovados anteriores deveriam constar do documento. -----

Quanto aos kms e respetivos pagamentos, disse que, na sequência da resposta dada, pelo Vice-presidente da Câmara Municipal, que é quem tem a responsabilidade relativamente às Juntas de Freguesia, à Presidente de Junta de Freguesia de São Lourenço, no sentido de se agendar uma reunião para esclarecimento do assunto, propôs, a Presidente da Câmara Municipal, que essa reunião fosse alargada a todos os outros Presidente de Junta de Freguesia, para que dessa forma se esclarecessem todas as dúvidas. Reunião essa que deverá ser agendada para o início de janeiro. -----

Terminou esclarecendo que uma outra situação que provavelmente os Presidentes de Junta de Freguesia não viram espelhadas neste orçamento, foi a questão da pavimentação, por terem considerado oportuno colocar, muitas dessas rubricas, em rubricas genéricas. Para além disso, há uma questão pouco valorizada pelos Presidentes de Junta de Freguesia, que é a questão da atribuição de cubo por parte do Município às Juntas de Freguesia e para a qual não têm qualquer obrigação. -----

Não havendo mais intervenções, foi o assunto colocado a votação. -----

Deliberação: Aprovados por maioria, os Documentos Previsionais para o ano económico de 2026 (dois mil e vinte e seis) que contêm: Orçamento da receita, orçamento da despesa, plano plurianual de investimentos, plano de atividades municipal, mapa de contingências, mapa das entidades participadas, sistema de normalização contabilística da administração pública, taxas e licenças: atualização, fundo de maneiio, protocolo de delegação de competências nas freguesias, informação de transferências financeiras para os municípios, normas de execução orçamental, mapa do resumo do orçamento, mapa de empréstimos – previsão de encargos, mapa anual global consolidado de recrutamentos autorizados para o ano 2026, mapa de pessoal, autorização genérica: dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal, balanço previsional, demonstração de resultados previsional e demonstração de fluxos de caixa previsional, com 1 (um) voto contra da Deputada Ana Carvalho e 7 (sete) abstenções dos Deputados Dani Teixeira, Alice Lapa, Suzanne Peixoto, Maria João Bessa, Nuno Jesus e os Presidentes de Junta de Freguesia de: Torre do Pinhão, Ana Cristina Rente e de São Lourenço de Ribapinhão, Cilina Vilela. Foi apresentada uma declaração de voto contra, pela Deputada Ana Carvalho, em representação do Partido Chega, uma justificação de abstenção da Deputada Maria João Bessa, em representação dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e uma declaração de voto a favor do Presidente de Junta de Freguesia de Paços, Márcio Félix, que foram entregues à Mesa e de seguida se transcrevem: -----

Declaração de voto contra apresentada pelo Deputada Ana Carvalho: "Subo a esta tribuna para justificar o meu voto contra este orçamento, que considero ser, na sua génese e na sua forma, um exercício de asfixia democrática. -----

Não posso aceitar que, num Estado de Direito, me seja enviado um e-mail a dia 17 de novembro com um prazo limite até dia 20 do mesmo mês para apresentar propostas. Três dias. Este prazo é uma barreira deliberada à participação política. -----

Este processo nasce viciado por essa asfixia democrática, e o resultado é um orçamento que é um autêntico castelo de cartas. -----

Como podemos confiar num documento que sustenta o seu equilíbrio na retenção indevida de mais de 100 mil euros de IRS que pertencem legitimamente aos cidadãos de Sabrosa? -----

Não contem comigo para validar previsões de receitas de 5 milhões de euros que ninguém sabe se chegarão, enquanto o básico, a transparência e o rigor é negligenciado. -----

O meu voto de oposição é um grito contra este modo de fazer política que sufoca quem quer trabalhar e engana quem nos elegeu. Sabrosa merece respeito e, acima de tudo, merece verdade". -----

O Presidente de Junta de Freguesia de Paços, Márcio Félix, após cumprimentar os presentes, apresentou uma declaração de voto a favor, do seguinte teor: "Considerando que: -----

1. Fui convocado para uma reunião com a Sr.^a Presidente da Câmara de Sabrosa para que pudesse apresentar contributos para o Orçamento Municipal; -----

2. Essa reunião se realizou no dia 10 de novembro pelas 14 horas e 30 minutos; -----

3. Foram apresentados, entre outros, por parte do executivo da junta de Freguesia de Paços, os seguintes contributos: -----

- Calçamento/renovação de piso em algumas ruas da Freguesia de Paços, nomeadamente as ruas de Vilela do Douro; -----

- Aquisição do edifício para a "Associação de Paços"; -----

- Limpeza dos caminhos rústicos estratégicos/abertura de corta fogos de proteção das aldeias;

- Alargamento da Rua de S. Tiago em Sobrados; -----

- Terminar o Largo da Festa em Fermentões; -----

- Reabilitação do parque infantil de Fermentões, mudando-o para o largo da festa; -----

- Renovar o piso da estrada que liga Paços a Fermentões, incluindo a Rua de S. domingos em Fermentões; -----

- Alargamento do cemitério de Paços/Fermentões; -----

- Reabilitação do Largo da Festa/ Fonte de Paços; -----

4. É possível identificar, nos documentos previsionais para 2026, tais contributos, nomeadamente nos seguintes projetos: -----

- Número: 0102 2022 1 13 - Construção de novos parques infantis - Rubrica 070104 05 - 5.000€;

- Número: 0102 2022 1 20 - Manutenção e conservação de parques infantis - Rubrica 070103 07 - 5.000€; -----

• Número: 101 2009 1 11 - Vias Municipais - Rubrica 070104 01 - 350.000€; -----

• Número: 0601 2015 1 17 - Manutenção e Reparação de Arruamentos e Pavimentação no concelho - Rubrica 070104 01- 250.000€; -----

• Número: 0202 2020 1 16 - Largo de Fermentões - Obra - Rubrica 070104 01 - 20.000€; -----

• Número: 03012024118 - Requalificação do largo de Paços - Obra - Rubrica 070104 01- 1.000€.

5. No final da reunião, nos foi transmitido gratidão por apresentamos contributos realistas e exequíveis e, que efetivamente iriam de encontro às necessidades reais da população, e já estariam a ser consideradas na elaboração do Orçamento de 2026. -----

Face ao exposto, relativamente ao ponto 2.24 - Documentos previsionais 2026, da reunião da Assembleia Municipal, voto "A Favor "dos documentos referidos nesse ponto". -----

Por fim, a Deputada Maria João Bessa apresentou a seguinte justificação da abstenção: "Os Membros eleitos pelo Partido Social Democrata de Sabrosa, abstêm-se na votação do Orçamento Municipal para o ano de 2026, por entenderem que o respetivo processo de elaboração e discussão não respeitou os direitos legalmente consagrados às forças políticas da oposição, em particular aos Membros do PSD desta Assembleia Municipal. -----

Passo a citar:" Ao abrigo da Lei nº 24/98, de 26 de maio, o Estatuto do Direito da Oposição, consagra no Artº 1.º que seja "assegurado às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática das autarquias locais de natureza representativa, nos termos da Constituição e da lei." -----

De acordo com o disposto nº 3 do Artº. 5º da mesma Lei, "Os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade." -----

Ao longo de todo o processo orçamental não foram solicitados contributos ou propostas aos Membros do PSD, tendo-se ainda verificado um tratamento desigual no acesso à informação e no diálogo institucional, em violação dos princípios da pluralidade, da transparência e da igualdade democrática. -----

Um Orçamento Municipal deve resultar de um processo inclusivo, participado e respeitador de todas as forças políticas com representação eleita. -----

Esta abstenção constitui um sinal político claro da necessidade de alterar práticas institucionais e assegurar, no futuro, o efetivo cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição. -----

O PSD de Sabrosa reafirma a sua total disponibilidade para um trabalho construtivo e responsável em prol do concelho, desde que assente no respeito institucional e na não discriminação política. -----

A este propósito, importa recordar as palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal aquando da sua tomada de posse. E passo a citar: "De facto, este é um momento muito marcante da minha carreira política. Vou exercer as minhas funções com total isenção,

Handwritten signature and initials in blue ink.

imparcialidade e equidistância. Reconheço o espírito colegial da Assembleia Municipal Quero contribuir, com esta Assembleia Municipal, no quadro das suas responsabilidades legais, em diálogo e articulação com o Executivo Municipal " -----

Face ao exposto, os Membros do PSD solicitam ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que durante este mandato promova a necessária articulação com o Executivo Municipal, de modo a assegurar o integral cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição". -----

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu à intervenção da deputada dizendo que, na verdade o que disse na sua intervenção na primeira reunião ordinária deste mandato, reafirma sem qualquer dúvida, e é seu propósito ter uma Assembleia presente, participativa, interventiva e com sentido de responsabilidade, mas sobretudo com muito bom senso. -----

---- Dois ponto vinte e cinco: Presente informação n.º 12477/25 do UOF OSOT datada de 10 (dez) de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto: Ocupação permanente de espaço público – alargamento de escadas para instalação de plataforma elevatória. -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade, autorizar a ocupação de espaço público permanente com o alargamento de escadas para a instalação de plataforma elevatória, em Provesende. ----

---- Dois ponto vinte e seis: Proposta apresentada pela bancada do Partido Socialista do seguinte teor: "O texto das deliberações tomadas pela Assembleia Municipal de Sabrosa seja aprovado em minuta e assinado no fim de cada sessão, através de ata em minuta, adquirindo plena eficácia a partir desse momento". -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade, que o texto das deliberações tomadas pela Assembleia Municipal de Sabrosa seja aprovado em minuta e assinado no fim de cada sessão, através de ata em minuta, adquirindo plena eficácia a partir desse momento. -----

---- Ponto três: Período de Intervenção do Público: -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Andreia Catarina Pereira de Oliveira, alertando que o assunto por ela indicado, não pode ser sobre "a última ata da Assembleia Municipal", mas sim sobre a penúltima ata da sessão da Assembleia Municipal, a última do mandato anterior. -----

Tomou a palavra a senhora Andreia Oliveira apresentando uma declaração do seguinte teor: "Ex.mo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Sabrosa, -----
Na qualidade de cidadã que interveio na sessão da Assembleia Municipal realizada em 26-09-2025, venho requerer a correção da ata dessa sessão, por conter inexatidões materiais que me dizem diretamente respeito. -----

Em concreto: -----

A ata atribui-me as seguintes declarações: -----

"Concedida a palavra à senhora Andreia Catarina Pereira Oliveira, a mesma começou a sua intervenção considerando "caricato" que a presente sessão se tenha iniciado com a aprovação

de votos de louvor aos bombeiros do Concelho, pois que, na sua convicção ainda ninguém assumiu as responsabilidades pelo sucedido nos incêndios..." -----

Declarações essas que não proferi, devendo ser retiradas ou corrigidas. O que efetivamente declarei foi: -----

"Mas fiquei logo bastante incomodada com os votos de louvor, por isto ter começado com o voto de louvor..." -----

Foram ainda omitidas partes essenciais da intervenção do Senhor vereador António Araújo, nomeadamente: -----

"Lamento efetivamente que tivesse tido danos na sua propriedade. Estamos a falar de 1800 metros quadrados ardidos numa propriedade de 3 hectares. Estes dados foram retirados de sítios que são públicos." -----

Estas inexatidões em relação ao que disse bem como não constar alegações, é particularmente grave, por se tratar de um documento público, por incidir sobre uma cidadã diretamente afetada pelos incêndios, expondo-me a prejuízo pessoal e público, num contexto de manifesta tensão política. -----

Solicito, assim, que a ata seja retificada antes da sua aprovação. Caso tal não venha a ocorrer, requer-se que fique registada em ata a minha discordância formal, bem como a entrega do presente requerimento". -----

Finalizou, aproveitando para questionar, sobre o seu pedido de abertura de procedimento com vista a classificação de Interesse Municipal, uma vez que lhe terão dito que iria a reunião de executivo em novembro, mas que até agora não obteve qualquer resposta. -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que informou que o pedido de Interesse Municipal está com os serviços jurídicos da Câmara Municipal para a emissão de parecer, e que poderá existir algum atraso devido ao ato eleitoral ocorrido em outubro, uma vez que com a campanha eleitoral não estiveram em funções. -----

De seguida, tomou a palavra a senhora Joana Filipa Magalhães de Sousa, apresentando a seguinte intervenção: "Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e os restantes membros da Mesa, o Executivo aqui presente, bem como todos os Senhores Deputados Municipais. -----

Aproveito, ainda que com algum atraso, para felicitar o Executivo pela vitória nas últimas eleições. No entanto, felicitar não dispensa exigir. Exigir que este mandato seja efetivamente pautado pela transparência, pela justiça, pela prevenção, pelo apoio às populações e pela inovação. Exigir, igualmente, que todos os eleitos para esta Assembleia Municipal se orientem pelos mesmos valores, porque é essa a responsabilidade que assumiram perante quem vos elegeu. -----

Passaram 121 dias. 121 dias de silêncio, de espera e de resistência. As minhas entranhas continuam a suportar a dor, a minha alma permanece em pedaços. Ainda assim, não desistimos.



A resiliência, a persistência e a união não são apenas palavras bonitas: são instrumentos de luta política e cívica para continuar este caminho. -----

Na última Assembleia Municipal, realizada a 26 de setembro de 2025, ficou registada uma ata que contém falhas de transcrição e omissões graves, não refletindo a verdade dos factos. Isso é inaceitável num órgão democrático. Por esse motivo, exigimos hoje que fique formalmente registado o pedido de retificação dessa ata, em nome da verdade, da transparência e do respeito institucional por esta Assembleia e pelos munícipes. -----

Mais grave ainda é o facto de, até à data de hoje, não termos obtido qualquer resposta ao pedido de abertura do procedimento de classificação de interesse municipal, apresentado a 18 de setembro de 2025. O silêncio administrativo é também uma decisão política, e, é uma má decisão. A Bagas Com Sabor continua a ser um investimento com claro e inequívoco interesse público e regional para o concelho de Sabrosa. Apesar do duro golpe que sofreu, continua de pé, continua a resistir e continua a provar que merece outra atitude por parte do poder político local. -----

Neste mesmo palco, neste mesmo espaço, prometi, olhando nos olhos do executivo, que regressaria aqui à espera de uma postura diferente e de uma receção melhor do que aquela que nos foi dada. O que encontro, novamente, é o silêncio. E confesso que esse silêncio incomoda, inquieta e revela uma tentativa clara de empurrar problemas para debaixo do tapete. Pior ainda quando, por portas e travessas, se tenta silenciar causas legítimas, chegando ao ponto de se recorrer ao bloqueio nas redes sociais de uma organização pública, e chegar ou tentar a vidas privadas. -----

Mas digo-o com clareza, olhando para todos nesta sala: na política séria, na verdade e na transparência, esse método não tem futuro. Não dura. O silêncio não resolve, não constrói e não apaga realidades. A democracia exige respostas, exige coragem e exige responsabilidade. ---- Porque o bom é inimigo do ótimo. E este concelho, esta Assembleia e os seus cidadãos não podem contentar-se com o "bom". Têm direito ao ótimo. E é por esse ótimo que aqui continuaremos a lutar. -----

E deixo ficar aqui os 5c's, para quem não conhece: carácter coragem, consciência, caridade e cortesia". -----

O Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a ata a que ambas se referem não é alterável, pois que ela já foi aprovada pela Assembleia Municipal cessante. Para além disso, o que não é lógico, justo, ou sequer legal, era que hoje se propusessem alterações a uma ata da qual uma percentagem dos membros que agora fazem parte, não pertenciam à Assembleia Municipal cessante. -----

De seguida, e antes da intervenção do senhor João Bessa, a deputada Maria João Bessa solicitou que lhe fosse dada a palavra. -----

No uso da palavra a deputada Maria João Bessa interveio nos seguintes termos: "Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, para efeitos de registo em ata e no quadro do dever de



transparência e prevenção de conflitos de interesses, informo que a intervenção a realizar no período destinado à Intervenção do Público será efetuada por um familiar meu, motivo pelo qual me ausentarei da sala durante esse período". -----

Por fim, foi dada a palavra ao senhor João Bessa, que após cumprimentar os presentes, referiu que a sua intervenção é no sentido de expor uma situação concreta, que entende ser grave. A sua avó, natural e residente em São Martinha de Anta, tem graves problemas de saúde, nomeadamente problemas cognitivos e de mobilidade, o que tem vindo a tornar a sua saída de casa uma séria e permanente dificuldade, pelo que foi solicitado a atribuição de lugar de estacionamento junto à sua habitação, para acesso seguro, por parte de familiares e meios de socorro, quando necessário. -----

Continuou dizendo não pretender questionar a decisão tomada e recentemente comunicada, mas simplesmente alertar para a morosidade nos procedimentos. O facto de o Município de Sabrosa ter demorado cerca de 15 (quinze) meses a responder ao pedido, não é aceitável. Durante este período, disse não ter havido qualquer resposta formal, decisão comunicada ou até informação prestada ao requerente. -----

Acrescentou que a recente resposta invocava constrangimentos informáticos, mas que ainda que tal se possa admitir, não justifica cerca de 15 (quinze) meses sem decisão ou comunicação, sobretudo num pedido relacionado com mobilidade reduzida, saúde e dignidade humana, sendo que o poder local não se mede apenas pelas decisões que toma, mas também da forma como gere o tempo, comunica com os seus munícipes e assume as suas responsabilidades. No seu entender, o que aqui falhou, acima de tudo, foi a responsabilidade política do executivo municipal. Terminou, fazendo votos, para que esta situação, sirva de reflexão e de mudança de práticas, para que mais nenhum munícipe, especialmente os mais vulneráveis, não tenham de aguardar meses ou anos, por uma resposta que deveria ser "*atempada, clara e humana*". -----

O Presidente da Assembleia Municipal disse que a Presidente da Câmara Municipal direito a responder de imediato ou optar por responder por escrito mais tarde, o que, na sua opinião, era o que faria, pois, toda a gente tem direito a resposta. -----

A Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra dizendo que lamenta a situação, mas que ira apurar o que aconteceu para posteriormente responder. -----

Acrescentou que sempre que há pedidos de lugares de estacionamento é também solicitada a opinião do Presidente de Junta de Freguesia respetivo. -----

De novo, no uso da palavra, o senhor João Bessa, disse que apenas quer saber o que aconteceu para haver um tão grande atraso na resposta e que sirva de exemplo para que situações como esta nunca mais aconteçam. -----

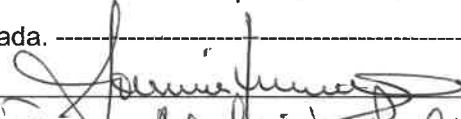
A deputada Maria João Bessa regressou à sala, para dar continuidade à sua participação na presente sessão da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal leu a minuta da ata desta sessão e colocou-a a votação. Aprovada por unanimidade. -----

João Bessa
Terminou
Pedro

- Todas as deliberações foram aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e da Deliberação desta Assembleia Municipal tomada na Sessão Ordinária de 22 de dezembro de 2025. -----

----- Pelas vinte horas e quarenta minutos deu-se por encerrada a Sessão, da qual se lavrou a presente ata, que segue assinada. -----


Ilmo. Sr. João Nóbrega Pedro
